

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório de Atividades n.º 9/2017

Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

12 de outubro de 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ARQUIVO

Entrada 3117 Proc. n.º 37.30

Data: 01 / 10 / 13 N.º / /X/



RELATÓRIO DE ATIVIDADES N.º 9/2017, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Capítulo I INTRODUÇÃO

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é atualmente constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- Bárbara Chaves
- Francisco Coelho
- Graça Silva
- José Contente
- Manuel Ramos
- Pedro Moura
- Ricardo Ramalho

b) Partido Social Democrata (PSD)

- Catarina Chamacame Furtado
- Jaime Vieira
- João Bruto da Costa
- Paulo Parece

c) Partido Popular (CDS-PP)

- Artur Lima

d) Bloco de Esquerda (BE)

- Zuraida Soares



e) Partido Comunista Português (PCP)

- João Corvelo - participa sem direito a voto

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

Presidente - Francisco Coelho (PS)

Relatora - Graça Silva (PS)

Secretária - Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Capítulo II PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório respeita ao período compreendido entre os dias 01 de setembro de 2017 a 12 de outubro de 2017.

No período em referência, a Comissão reuniu nos seguintes dias:

- 5 de setembro de 2017, na sede da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha de São Miguel;
- 12 de outubro de 2017, na delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

TRABALHOS REALIZADOS

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

 Proposta de Resolução n.º 6/XI - Orçamento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o Ano de 2018;



- **2.** Projeto de Lei n.º 600/XII/2.ª (PCP) Clarifica e reforça a defesa dos direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento;
- **3.** Relatório e Parecer relativo à Verificação de Poderes do candidato à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores António Manuel Raposo Lima.

Capítulo IV TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

- 4. Petição n.º 3/XI Contra a incineração em São Miguel;
- **5.** Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 3/XI (CDS/PP) Cria o Conselho para o Estudo das Potencialidades Geopolíticas e Geoestratégicas dos Açores G2A;
- **6.** Proposta de Decreto Legislativo Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores;
- Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI (PSD) Conselho Económico e Social dos Açores;
- Projeto de Resolução n.º 12/XI (CDS/PP e PPM) Criação do Canal Parlamento/Açores;
- 9. Projeto de Resolução Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes - com pedido de urgência;
- 10. Projeto de Resolução Processo de Descontaminação de Solos e Aquíferos na ilha Terceira Com Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão;
- 11. Alargamento dos beneficiários do Programa "Berço de Emprego";



- 12. Projeto de Resolução Recomenda a criação do "Portal da Transparência e Participação Cidadã" no âmbito do sítio eletrónico da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores;
- **13.** Projeto de Resolução A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda à Assembleia da República que, em sede de revisão constitucional, suprima o n.º 4 do artigo 51.º da Constituição da República Portuguesa, de forma a eliminar a norma constitucional que proíbe a criação de partidos regionais;
- **14.** Projeto de Decreto-Lei Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) n.º 517/2014, relativo aos gases fluorados com efeito de estufa MM (Reg. DL 261/2017);
- **15.** Projeto de Lei n.º 609/XIII/3.ª Atribui o direito a 25 dias de férias anuais, procedendo à 13.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, que aprova o Código do Trabalho;
- **16.** Projeto de Resolução n.º 1062/XIII/3.ª Recomenda ao Governo um maior apoio ao investimento de defesa da floresta conta incêndios;
- **17.** Projeto de Lei n.º 614/XIII/3.ª (PSD) Primeira alteração à Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificado, e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro;
- **18.** Projeto de Lei n.º 617/XIII/3.ª (CDS-PP) Primeira alteração à Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que cria um sistema de informação cadastral simplificado e revoga a Lei n.º 152/2015, de 14 de setembro;
- **19.** Proposta de Lei n.º 98/XIII/3.ª (GOV) Altera o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico, relativamente a situações existentes nãotituladas.



Ponta Delgada, 12 de outubro de 2017

A Relatora

Maria da Graça Silva

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente,

Francisco Coelho